

Escrever ou não escrever [com o olhar feminista], eis a questão¹

Camila Welikson²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio

RESUMO

Nesse trabalho, investigamos as narrativas jornalísticas, em especial as do Jornal do Brasil, no momento em que as pautas do movimento feminista da segunda onda ganharam espaço nos jornais brasileiros, no final dos anos setenta e no início dos anos oitenta. Apesar da conquista de espaço na imprensa, nem sempre o tom foi favorável para as mulheres, por isso, no momento em que elas se firmavam como ativistas e protagonistas de sua própria luta, voltamos nosso olhar para a forma como os textos relacionados a suas pautas foram produzidos. Partimos da premissa de que, nesse período de reorganização militante, muitas foram as vezes em que a produção das notícias ocorria a partir de um olhar patriarcal. Direcionamos a pesquisa para a produção noticiosa a partir de entrevistas com jornalistas e também com ativistas.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo; imprensa; Teorias do Jornalismo, Jornal do Brasil.

Introdução

O vínculo entre fontes de informação e jornalistas se dá a partir de interesses mútuos e é marcado pelo controle de quem detém a informação; todavia, devido a valores estruturais específicos da sociedade patriarcal, quando feministas se tornam fonte, o conhecimento deixa de ser, necessariamente, definidor da relação de poder. Nesse trabalho, investigamos as narrativas jornalísticas, em especial as do Jornal do Brasil, no momento em que as pautas do movimento feminista da segunda onda ganharam espaço nos jornais brasileiros, no final dos anos setenta e no início dos anos oitenta. Até aquele momento, a imprensa não conseguia enxergar relevância midiática no grupo feminista que se formava. O cenário começou a mudar quando a Organização das Nações Unidas decretou, em 1975, o Ano Internacional da Mulher e instituiu, em seguida, a Década da Mulher (1976-1985).

Apesar da conquista de espaço na imprensa, nem sempre o tom foi favorável para as mulheres, por isso, no momento em que elas se firmavam como ativistas e

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutora em Comunicação Social pela PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do ProUni na PUC-Rio, e-mail: camila@puc-rio.br.

protagonistas de sua própria luta, voltamos nosso olhar para a forma como os textos relacionados a pautas feministas foram produzidos. Partimos da premissa de que, nesse período de reorganização militante, muitas foram as vezes em que a produção das notícias ocorria a partir de um olhar machista.

Nosso objetivo foi encontrar esclarecimentos para as seguintes questões: existiu uma predominância do olhar masculino na cobertura da imprensa sobre o movimento feminista? Houve uma disputa entre o discurso feminista e o discurso hegemônico patriarcal, em especial no que se refere aos direitos das mulheres, seus interesses e seus corpos? Como se deu a produção noticiosa acerca dos movimentos feministas?

Utilizamos como referencial teórico a teoria interacionista, no campo do jornalismo, e as ideias sobre poder e discurso, propostas por Foucault.

Direcionamos a pesquisa para a produção noticiosa a partir de entrevistas com jornalistas. Conversamos com quatro profissionais que, durante o período mencionado, trabalharam no Jornal do Brasil, um dos mais importantes periódicos do século XX, e que se destacou como um significativo agente formador de opinião pública. Foram entrevistadas Marina Colasanti, Mary Ventura e Thais de Mendonça Jorge, além do fotógrafo Rogério Reis. Também realizamos entrevistas com ativistas e delas buscamos respostas sobre sua relação com a imprensa. As mulheres entrevistadas foram Anna Maria Rattes, Branca Moreira Alves e Leila Araújo.

Disputas discursivas de poder

Em 1975, as feministas no Brasil conquistaram um status importante com a definição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, mas, nos anos setenta, elas não estavam, de fato, preparadas para lidar com a imprensa. Como explica Branca Moreira Alves, no início o movimento era muito desorganizado. “Uma bagunça e quando chega nessa coisa de mulher, os jornalistas não tinham noção. A gente estava fazendo um movimento histórico e não sabia, se não fosse a [fotógrafa] Claudia Ferreira, não tinha nem foto”³.

³ Depoimento de Branca Moreira Alves à pesquisadora. Branca nasceu em uma tradicional família carioca da alta burguesia. Tornou-se importante liderança do movimento feminista e uma das pioneiras nos grupos de reflexões de mulheres. Presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro em 1987, e em 1992 foi convidada pela ONU a abrir, em Brasília, o escritório do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher para o Brasil e o Cone Sul.

Enquanto as ativistas descobriam como se relacionar com os meios de comunicação, por outro lado, profissionais dessa área também estavam descobrindo as feministas como uma nova fonte de informação. E não foi um processo simples e automático, pois foi construído a partir de valores subjetivos acerca do papel da mulher na sociedade.

Mesmo que haja na rotina de produção do discurso noticioso uma tentativa de reduzir ao máximo os elementos de subjetividade – jornalistas recorrem a métodos de apuração, técnicas de redação e buscam focar o discurso no referente factual – teóricos do jornalismo reconhecem e admitem a impossibilidade de eliminar totalmente tais elementos. Como ocorre em toda a sociedade, também na cultura dos profissionais da comunicação existem os valores de gênero onde o masculino se destaca no topo da hierarquia de valores. Na opinião de Márcia Veiga Silva, é “como se refletissem uma imbricação dos valores profissionais com a cultura da sociedade de que são parte” (SILVA, 2010, p. 157).

Não há como ignorar que, de fato, atributos de gênero de jornalistas são relevantes no processo de produção de notícias, afinal, de acordo com a teoria interacionista, a notícia é uma construção social – acontecimentos (matéria-prima da imprensa) se transformam em produto (notícia) a partir do envolvimento de agente sociais (jornalistas, fontes, membros da comunidade profissional, membros da sociedade) que participam de um sofisticado processo de interação social (TRAQUINA, 2005a). Ainda de acordo com essa teoria, “não é possível compreender as notícias sem uma compreensão da identidade e a cultura dos profissionais do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005a, p. 203). E é preciso ir ainda mais longe e considerar outros aspectos importantes, como os valores pessoais e sociais de quem produz a notícia.

Ao considerar todos esses pressupostos, há que se levar em conta, também, que o âmbito discursivo é um dos espaços em que se dá o embate pelo poder, quando discursos dominantes se tornam excludentes porque não dão espaço de fala para muitos sujeitos (FOUCAULT, 1996). Isso não significa que exista um único discurso ilimitado e contínuo, eles “devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 1996, p. 52-53). Sendo assim, eles são uma manifestação de poder e também de tensão.

Quando os movimentos sociais, inclusive o feminismo, entram na “briga” pelas disputas narrativas, abalam as estruturas de poder, afinal, o discurso que produz poder,

também é capaz de demoli-lo. Analisar tais disputas implica perceber as relações históricas, de práticas bastante sólidas, vivas dentro dos discursos, uma vez que palavras são também construções.

O poder, portanto, apesar de ser uma relação de força assimétrica, é móvel, instável, pode ser modificado, até invertido, muitas vezes por meio de ações que modificam sujeitos, grupos, comunidades e, quiçá, uma população inteira.

Os estudos de Foucault são importantes para compreender o processo ocorrido durante a segunda onda feminista, especialmente quando ativistas começaram a disputar tais espaços. Elas foram nomeadas prefeitas, deputadas, vereadoras e se tornaram oficialmente parte do governo com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985.

Ao ocuparem os espaços públicos de poder e tomarem para si, ao menos em parte, o domínio do discurso, as feministas o ressignificaram e, com isso, abriram novos contextos. Foram capazes de “falar de maneiras que nunca haviam sido legitimadas e produzir, por consequência, formas novas e futuras de legitimação” (BUTLER, 2021, p. 75).

A seguir, veremos como reagiram jornalistas diante desse novo contexto, em que ativistas mulheres assumiram o posto de protagonistas de sua própria história.

Feministas e jornalistas: como se deu essa relação

Em 1981, o *Jornal do Brasil* enviou três repórteres – dois homens e uma mulher – para fazer a cobertura do segundo julgamento de Doca Street, em Cabo Frio⁴. Na reportagem de página inteira, Doca foi descrito como um homem de olhos úmidos e mãos trêmulas, e houve destaque para Gabrielle Dyer, apresentada como a “alemãzinha de Búzios” e apontada como a principal responsável pelo tráfico de drogas no balneário⁵.

⁴ Ângela Diniz foi morta no dia 30 de dezembro de 1976 em uma casa em Búzios, litoral do Rio de Janeiro, pelo namorado, Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street, com tiros no rosto e na nuca. O primeiro julgamento do assassino, que ocorreu em Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, no final de 1979, serviu como rastilho para ações feministas que provocaram uma alteração na maneira como a imprensa enxergava a violência contra a mulher. Já no segundo julgamento, mulheres estavam organizadas para levantar indagações relacionadas à banalização do assassinato de mulheres e atuaram fortemente para enfraquecer, no campo jurídico, a tese de “legítima defesa da honra”.

⁵ Dyer vivia em Búzios no momento em que ocorreu o crime e estava junto ao casal Ângela e Doca no dia do assassinato. Durante muito tempo, a imprensa insinuou uma relação amorosa entre as duas mulheres, o que teria despertado o ciúme de Doca, hipótese totalmente descartada no momento do segundo julgamento, portanto, a decisão de colocá-la em destaque no jornal pode indicar uma interpretação e sugestão do ocorrido a partir de um olhar subjetivo, que tende a culpabilizar a vítima.

Houve espaço também para a fala do advogado Humberto Telles, que chamava as feministas de “filhas de Hitler”. Na sua opinião, elas eram fascistas “pois não se voltam para uma luta política por melhores condições de vida, ao lado do homem. Sua briga é contra o homem, com claro componente homossexual” (AJUZ, UTZERI, BRAGA, 05/11/1981, p. 20). Por fim, ao mencionar a manifestação das feministas na porta do tribunal, os repórteres escreveram que elas queriam “fazer as cabeças”. Rose Marie Muraro, uma das líderes do movimento, foi ouvida e lembrou que, só naquele ano, 722 crimes semelhantes ocorreram sem chegar às manchetes de jornais. Mas, no parágrafo seguinte, o texto dava ênfase para uma piada machista e preconceituosa de três homens que passavam pelo local:

Silvio Oliveira, Marconi Pinto e Roberto Adler, todos solteiros, iam para o Amarelinho tomar uma cerveja quando pararam para subscrever o abaixo-assinado que o advogado Heleno Fragozo vai anexar ao processo: “Acho que Doca Street deveria estar na prisão mesmo”, comentou Silvio. Rindo muito, os três disseram ser militantes do Movimento de Retorno da Mulher ao Tanque (de lavar roupa), o MRMT (AJUZ, UTZERI, BRAGA, 05/11/1981, p. 20).

Ao olhar a partir dos nossos dias e com o olhar crítico, parece equivocado dar relevância ao comentário dos três transeuntes, especialmente em um trecho da matéria que abordava a ação de organizações feministas. É preciso considerar, no entanto, que aquele era um momento bem diferente e piadas como a que foi publicada faziam parte da realidade e do cotidiano de todos.

No período da Constituinte também houve muitas matérias com tom sexista, mas, para Anna Maria Rattes, a assessoria da imprensa aos parlamentares foi espetacular e, em relação à bancada feminina, o papel das jornalistas mulheres foi fundamental.

Elas tinham com a gente uma conversa feminista, mas não conseguiam fazer uma matéria feminista. Não sei se elas não conseguiam fazer as matérias ou se as matérias não eram publicadas. Acho que a barreira estava sempre no topo da pirâmide, a autoridade que não permitia. A gente sentia nelas o interesse e a vontade de ajudar com que a gente conseguisse passar aquilo que elas, como mulheres, achavam mais do que justo e necessário. Elas conversavam horas com a gente, a gente trocava ideias, buscava com elas soluções, elas ajudavam de todas as maneiras. Na hora da história publicada, não era aquela que a gente tinha conversado. Quando as coisas não saíam, às vezes, elas vinham e diziam para gente: “olha, não conseguimos, vamos deixar para outra, vamos tentar”. A gente sabia que elas não publicavam porque não podiam⁶.

⁶ Depoimento de Anna Maria Rattes à pesquisadora. Anna Maria é carioca e formada em Direito pela faculdade de Valença, mas viveu em Petrópolis grande parte de sua vida. Lá, seu marido estabeleceu carreira política e tornou-se prefeito em 1982. Anna assumiu a Secretaria Municipal de Apoio Comunitário e, em 1986, foi eleita deputada federal

Tentamos conversar com profissionais que estiveram no jornal entre os anos setenta e oitenta e encontramos, em alguns casos, um pouco de resistência e respostas como “faz muito tempo, não lembro de muita coisa”, “não sou a melhor pessoa para falar sobre esse assunto” ou “vou pensar um pouco, depois entro em contato”. Muitas matérias com tom machista foram escritas por mulheres. Evidentemente, não há como afirmar se as jornalistas responsáveis por tais conteúdos escreviam de forma consciente. O mais provável é que estivessem apenas colocando no papel palavras que refletiam a linha editoria do jornal e até mesmo a forma de pensar de toda a sociedade. Havia jornalistas mulheres atentas às questões feministas; outras, nem tanto. Para estas últimas, talvez, cause certo incômodo conversar sobre as notícias produzidas e que, hoje, seriam consideradas preconceituosas e antifeministas.

O receio em conversar é compreensível porque sabemos que jornalistas, homens e mulheres, estavam – e ainda estão – sujeitos a subjetividades marcadas pela vivência em uma sociedade em que mulheres estavam “integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas” (BEAUVOIR, 2016, p. 407).

Há, no entanto, profissionais que conversaram abertamente sobre o assunto. Thais de Mendonça Jorge, repórter na editoria de Política do Jornal do Brasil entre 1982 e 1990, afirma que o clima no jornal era muito ameno e descontraído, ela não se sentia tolhida e nem lembra de ter enfrentado ali nenhuma situação de machismo. Já Marina Colasanti, que chegou ao cargo de subeditora do Caderno B, lembra que havia machismo na redação, sim, mas não no resultado do seu trabalho.

Como jornalista do JB, não tinha espaço para mudar a visão de mundo que era muito machista, mas não lembro de nenhuma matéria que tenha sido difícil de passar. Eu também não me via como feminista quando entrei no jornal, isso só aconteceu depois, quando trabalhei na *Revista Nova*. Lá, sim, sugeri pautas e escrevi muita matéria feminista. Eu tinha uma coluna chamada “Entre nós”, recebia cartas das leitoras e escrevia sobre os assuntos que elas traziam. Abordava temas como a violência dos maridos, maridos que não deixavam as esposas trabalhar para ficar em casa cuidando dos filhos e lavando roupa, sufoco, ansiedade⁷.

Também pensa da mesma forma Mary Ventura, jornalista que trabalhou no Caderno B na década de 1970. Ela lembra que naquele momento não se falava sobre

pelo PMDB. Integrou a bancada feminina no período da Assembleia Nacional Constituinte e fez parte do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, no Rio de Janeiro.

⁷ Depoimento da jornalista e escritora Marina Colasanti à pesquisadora.

feminismo ali, nem apareciam pautas feministas, mas também não havia discriminação. Ao contrário disso, havia total liberdade e as mulheres escolhiam as pautas. “Não lembro de ter tido, como mulher, nenhum problema. Isso no Caderno B não existia. E ele fazia tanto sucesso do jeito que era, foi uma inovação no jornalismo, a gente achava ótimo, não tinha por que reivindicar nada ali”⁸.

Na década de 1990, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro organizou um ciclo de debates chamado “A imagem da mulher nos meios de comunicação” e convidou jornalistas para debater sobre a questão do gênero na mídia. Leila Araújo diz que, no final, foi realizada uma avaliação sobre o evento. “Parecia que eles viam como algo natural a maneira como produziam as matérias, então não existia problema nenhum com aquilo. Imagina, vocês acham que estamos fazendo errado? Não, é assim mesmo’, diziam eles”⁹.

Se, por um lado, os meios de comunicação, mais especificamente, o jornalismo impresso contribuem para a produção de sentidos, para a formação de valores e influenciam as relações de poder, por outro lado, os agentes participantes da mídia também são influenciados por essa máquina que reforça as concepções e representações patriarcais. Como pessoas que também estão inseridas no meio que produz saberes sobre quem somos, jornalistas estão também sob influência dos meios de comunicação que se constituem espaços de formação de ideias e conceitos.

Não existe apenas uma única ordem do discurso jornalístico e se há profissionais que repetem em sua escrita padrões construídos por uma cultura que privilegia o masculino, existem também profissionais que rompem com esse ciclo ao produzir novos discursos ou, em outras palavras, ao desconstruir o senso comum para contribuir com a formação de novas formas de pensar. A jornalista Thais de Mendonça Jorge, que disse não ter passado por nenhuma situação machista no JB, enfrentou um ambiente diferente em outros locais de trabalho:

No *Correio Braziliense*, com o Ricardo Noblat, que era muito machista, eu não podia fazer as pautas que eu queria. Ele dizia: “isso é muito feminista, é pauta de feminista, nossas leitoras não são feministas”. Ele achava que as mulheres leitoras do jornal eram frívolas, superficiais, não sabiam de nada. Só gostavam de gravura, então tinha que

⁸ Depoimento da jornalista Mary Ventura à pesquisadora.

⁹ Depoimento de Leila Araújo à pesquisadora. Leila ingressou no movimento feminista no final da década de 1980, ao assumir, aos vinte e dois anos, o cargo de secretária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Alguns meses depois de dedicação intensa ao CEDIM, foi promovida para ocupar o cargo de assessoria-chefe. Chegou à presidência em 1998 e ficou até 1999.

colocar muitas gravuras e fotos. Eu não podia editar nada, eles eram machistas e queriam editar tudo, mandar em tudo. Para eles, tinha que ter peito de fora, isso era caderno para as mulheres. Não aguentei esse clima lá¹⁰.

Como já vimos, os discursos dominantes e excludentes não são ilimitados e contínuos (FOUCAULT, 1996), há uma disputa de enunciados apesar dos meios de comunicação, em especial, a imprensa, trabalhar a partir de uma cultura marcada por uma ideologia e um sistema de valores muito bem definidos.

Vemos isso na fala de quem esteve na redação do JB nos anos 1970 e 1980, um espaço que não era visto como explicitamente machista, mas onde, muitas vezes, os profissionais não escapavam de atitudes e pensamentos comuns à sociedade naquele momento, ainda pouco confortável com as pautas feministas. Na opinião do fotógrafo Rogério Reis, jornalistas que estivessem interessados em sugerir pautas relacionadas à agenda feminista encontravam resistência:

Talvez elas e eles que tentaram fazer matérias tenham tido um pouco de dificuldade quando a coisa chegava no primeiro escalão. Nunca vi isso acontecer, mas acho que eles minimizavam um pouco. Pela mentalidade que eu via lá não dá para dizer que os agentes do jornalismo dos anos oitenta eram feministas, isso é um absurdo, não eram mesmo. Via isso muito na relação da minha mulher, que era jornalista. Ela tinha esse embate. Por exemplo, ela foi para a Conferência Mundial da Mulher, em Copenhague e tentou fazer matéria. Não saiu em lugar nenhum. “É muito distante”, diziam. E ela falava: “mas tem uma comitiva de mulheres brasileiras com nossas questões”. Saía em uma imprensa muito setorizada, de pouca difusão. Não tinha Internet, então tinha muita dificuldade, era complicado. Mas já tinha mulher que gritava nas reuniões de pauta, já tinham chutado o balde, entravam colocando o dedo na cara do editor, falando que tal coisa era muito preconceituosa, já existia uma frente e as mulheres ganhavam no argumento, com dados, explicando a um editor machista aquela situação, dizendo “você está fora do seu tempo”. Nas reuniões de pauta e de fechamento do jornal, tudo isso aflora: preconceito, autoritarismo, estamos jogando com isso o tempo todo. Mas aproveitamos a máxima do jornalismo, que diz que todos discutem e falam para chegar a um consenso da notícia, e fazemos alianças fora da sala de reunião. A reunião é essencialmente política, mais a da manhã, no fechamento não dá para discutir questões ligadas à matéria porque não tem tempo. Eu acho que teve muito omissão [do JB] por não cobrir mais, acho que a imprensa poderia ter dado mais apoio, mas a imprensa, de maneira geral, é muito conservadora e por isso, desviou do assunto¹¹.

Não são apenas a cultura machista e os valores masculinos ligados à prática jornalística que nos ajudam a compreender muitas das matérias sexistas publicadas nos jornais. A ocupação dos cargos de liderança por homens é outro indício de práticas machistas. O Caderno B, por exemplo, ficou conhecido pela participação de mulheres.

¹⁰ Depoimento da jornalista Thais de Mendonça Jorge à pesquisadora.

¹¹ Depoimento do fotógrafo Rogério Reis à pesquisadora.

Mary Ventura lembra que as jornalistas do segundo caderno do jornal receberam o apelido de “as meninas do B”. No entanto, no seu tempo, o editor era um homem, assim como a grande maioria das ocupações de poder nos jornais. A ideia de colocar mulheres num caderno associado a pautas culturais já é o indicativo de uma atitude machista que impera nos meios de comunicação: homens cobrem matérias “sérias”, como política e economia, e mulheres fazem reportagens “leves”, relacionadas à cultura, comportamento e matérias especiais.

Mas, apesar do ambiente masculinizado dos jornais nos anos setenta e oitenta, o período foi marcado por uma forte atuação de apoiadores e apoiadoras do movimento feminista. Ana Maria Rattes conta que as deputadas constituintes enxergavam jornalistas, especialmente as mulheres, como parceiras:

Eu sei como as mulheres da imprensa que estavam lá, muitas estão aí até hoje, nos ajudaram. Eu tinha um relacionamento muito grande com a imprensa em geral, homens e mulheres. E a bancada também passou a ter esse sentido de que era necessário a gente se articular e se comunicar. Pelo menos as deputadas do Rio de Janeiro viam as jornalistas como parceiras. E a imprensa fazia matéria. Lembro que às vezes saía um tom machista. Mesmo que a jornalista não quisesse, às vezes o editor acabava colocando, na hora de montar o jornal, sempre tem um toque mais autoritário e machista. Isso a gente notava, notava a vontade das jornalistas de extrapolar um pouco mais, serem mais parciais no sentido das nossas defesas e conquistas e elas se sentiam um pouco podadas, como nós também sentíamos. Se hoje é assim, imagina naquela época. Quando falamos demais ou somos malucas, ou histéricas ou queremos chamar a atenção, não é nunca porque estamos com a razão¹².

Enquanto ativistas se reuniam para elaborar suas ações, havia jornalistas – homens e mulheres – que também se encontravam nas reuniões de pauta para promover matérias favoráveis às ideias feministas. Quando jornalistas eram mulheres e feministas e conseguiam ganhar espaço na imprensa, o resultado era ainda melhor¹³. Branca Moreira Alves lembra da atuação de Heloneida Studart:

Era uma grande mulher, do Partido Comunista e jornalista. Era corajosa e companheira, então, a gente tinha seu apoio e ela tinha o seu lugar [na imprensa]. Com a questão da violência, então, a imprensa começou a dar mais atenção, deu assunto, e ela tinha trabalhado com a gente no Centro da Mulher Brasileira, ajudou muito¹⁴.

¹² Depoimento de Anna Maria Rattes à pesquisadora.

¹³ Heloneida Studart foi, talvez, o exemplo mais notório no período da segunda onda do feminismo, com forte atuação nas ruas e nos meios de comunicação onde trabalhava.

¹⁴ Depoimento de Branca Moreira Alves à pesquisadora.

Em cada ação, em cada estratégia, em cada descoberta sobre como chamar a atenção da sociedade para as demandas importantes às mulheres, os movimentos cresceram. Algumas vezes com apoio de jornalistas, outras vezes, não, mas, ainda assim, ganharam espaço midiático. A produção noticiosa acerca do feminismo se deu com erros e acertos, tanto de profissionais da comunicação como das próprias feministas.

Conclusão

Se, por um lado, os meios de comunicação, mais especificamente o jornalismo impresso, contribuem para a produção de sentidos, para a formação de valores e influenciam as relações de poder, por outro lado, os agentes participantes da mídia também são influenciados por essa máquina que reforça as concepções e representações patriarcais. Como pessoas que também estão inseridas no meio que produz saberes sobre quem somos, jornalistas estão também sob influência dos meios de comunicação que se constituem espaços de formação de ideias e conceitos.

Não existe apenas uma única ordem do discurso jornalístico e se há profissionais que repetem em sua escrita padrões construídos por uma cultura que privilegia o masculino, existem também profissionais que rompem com esse ciclo ao produzir novos discursos ou, em outras palavras, ao desconstruir o senso comum para contribuir com a formação de novas formas de pensar.

Profissionais que construíram uma relação de escuta com as militantes nas décadas de 1970 e 1980, contribuíram para ressignificar valores-notícia a partir do momento em que os associou a ideias do feminismo. E se a história política foi encenada no terreno do gênero, como afirma Joan Scott (1988), ela foi escrita em um terreno de disputas de gênero. E entre desvios e confrontos, a imprensa, às vezes de forma intencional, outras não, contribuiu para o avanço da discussão sobre as pautas feministas até chegar a uma Constituição que não falasse mais de direitos dos cidadãos, mas sim, de direitos e obrigações iguais de homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora (Orgs.) **Elas ocuparam as redações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: Memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

AJUZ, UTZERI, BRAGA. *Jornal do Brasil*, ano XCI, n. 211, p. 20, 05/11/1981.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe (1965). A estrutura do noticiário estrangeiro. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

GANS, Herbert J. **Deciding What’s News. A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Evanston/Illinois: NorthWestern University Press, 2004.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn (1974). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

SCOTT, Joan. **Gender on the Politics History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Márcia Veiga. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2010.

SILVA, Marcos Paulo da. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**. Problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005a, vol. I

_____. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística. Uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b, vol. II.

TUCHMAN, Gaye (1971). A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.